

HABEAS CORPUS Nº 548.645 - MG (2019/0357085-3)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : RAFAEL FELIPPE DA CUNHA MARCAL
ADVOGADO : RAFAEL FELIPPE DA CUNHA MARÇAL - RJ224378
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : OSEIAS TEIXEIRA COELHO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de OSEIAS TEIXEIRA COELHO, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que indeferiu o pedido liminar no *writ* de origem.

O paciente foi preso em flagrante em 29/8/2018, convertido em preventiva, sendo denunciado pela prática dos delitos tipificados nos arts. 33, *caput*, e 35, *caput*, c.c. o art. 40, IV, todos da Lei 11.343/2006, na forma dos arts. 29, *caput*, 61, I, 62, I, e 69, *caput*, todos do Código Penal.

O impetrante argumenta, em suma, excesso de prazo para o encerramento da instrução criminal por culpa exclusiva do juízo de 1º grau, requerendo, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva.

Na origem, Processo 0279450-94.2018.8.13.0145, oriundo da 2ª Vara Criminal de Juiz de Fora/MG, designou-se audiência de instrução e julgamento para 12/12/2019; no 2º grau, o *Habeas corpus* 1.0000.19.138159-9/000, da 2ª Câmara Criminal do TJMG, será realizada sessão de julgamento em 28/11/2019, conforme informações processuais eletrônicas extraídas do *site* do Tribunal *a quo* nessa mesma data.

É o relatório.

DECIDO.

A teor do disposto no enunciado da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal, não se admite a utilização de *habeas corpus* contra decisão que indeferiu a liminar em *writ* impetrado no Tribunal *a quo*, sob pena de indevida supressão de instância.

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido que, em casos excepcionais, quando evidenciada a presença de decisão teratológica ou desprovida de fundamentação, é possível a mitigação do referido enunciado.

A decisão do Tribunal de origem que indeferiu a liminar foi fundamentada nos seguintes termos (fls. 29-30):

[...] A constatação de eventual excesso de prazo exige o cotejo das informações do juízo a quo, sendo certo que a aferição de sua ocorrência, longe de ser apenas uma operação aritmética, deve ocorrer mediante a aplicação do princípio

Superior Tribunal de Justiça

da razoabilidade, afigurando-se recomendável aguardar as informações a serem prestadas pela autoridade coatora.[...]

Com relação aos prazos consignados na lei processual, deve atentar o julgador às peculiaridades de cada ação criminal. De fato, uníssona é a jurisprudência no sentido de que o constrangimento ilegal por excesso de prazo só pode ser reconhecido quando a demora for injustificada, impondo-se adoção de critérios de razoabilidade no exame da ocorrência de constrangimento ilegal.

Desse modo, não se detecta, ao menos neste juízo sumário, coação ilícita apta a ensejar o deferimento da medida de urgência, pois se faz necessário exame circunstancial da razoabilidade da duração do processo.

Não se verifica, portanto, ilegalidade para justificar a mitigação do enunciado da Súmula 691 do STF.

Ante o exposto, indefiro liminarmente o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator